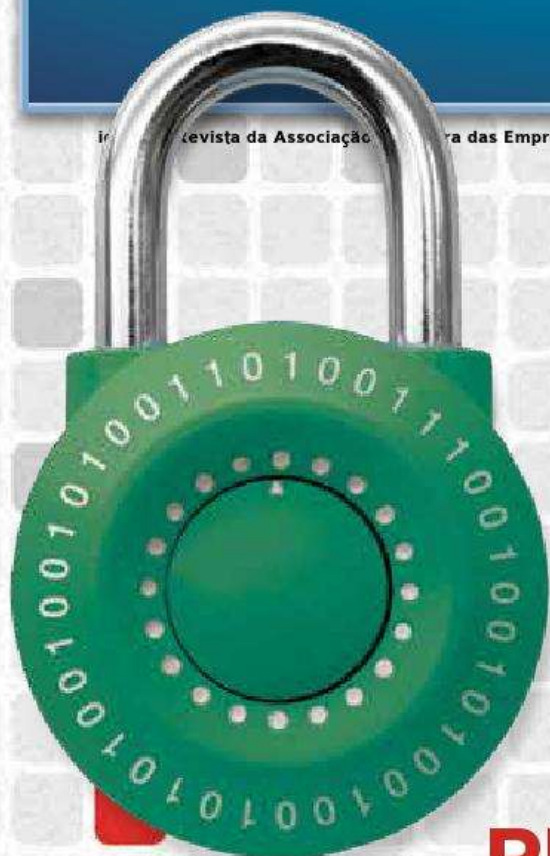


idigital

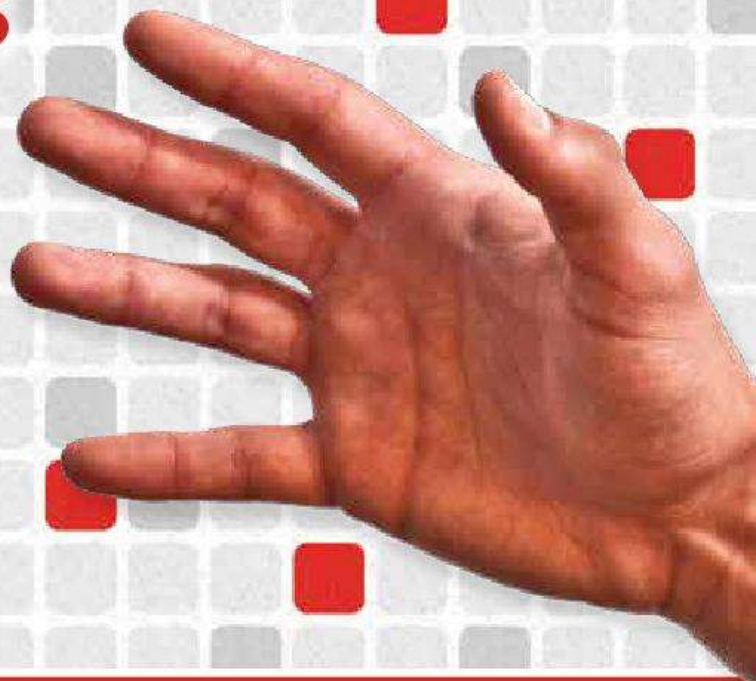

ABRID

Revista da Associação Brasileira das Empresas de Tecnologia em Identificação Digital - Ano 04 - Número 14 - julho/agosto/setembro de 2013



**CADA
VEZ
MAIS
PERTO**

11º CertForum mostra
que certificação
digital é rotina na
vida institucional e se
aproxima do cotidiano
dos brasileiros



IMPA

Workshop
Identificação Moderna,
Processos e Aplicações
realiza etapa no Pará

I WITAI

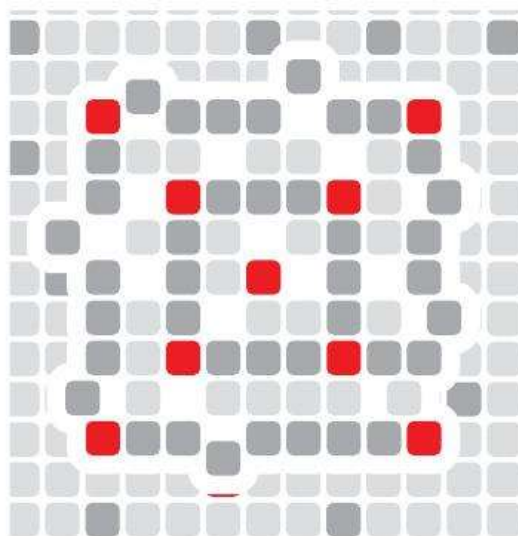
Evento apresenta
identidade segura e
certificação digital ao
Exército brasileiro

CARTILHA DIGITAL

TJPE distribui
publicação que explica
certificado digital de
forma simples

33 . CAPA

INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO PROMOVE EM BRASÍLIA O 11º CERTFORUM, O MAIOR EVENTO DE CERTIFICAÇÃO DIGITAL DO BRASIL, E MOSTRA QUE, ALÉM DE FAZER PARTE DO COTIDIANO DAS EMPRESAS E DO GOVERNO, O CERTIFICADO DIGITAL ESTÁ CADA VEZ MAIS PERTO DOS CIDADÃOS



8 . IMPA

Workshop Identificação Moderna, Processos e Aplicações realiza segunda etapa do ano em Belém do Pará



23 . CARTILHA

Tribunal de Justiça de Pernambuco lança Cartilha de Certificação Digital para explicar o conceito aos usuários da Justiça



29 . EXPANSÃO

Mercado brasileiro de Tecnologia da Informação projeta crescimento recorde em 2013



14 . WITAID

Diretoria de Serviço Militar e ABRID organizam evento que mostra possibilidades de aplicação da identificação segura e do certificado digital pelo Exército



CASOS

59 . 3M

Aumentando a barreira na segurança de portos

65 . DATACARD

Máxima segurança para documentos de identificação

71 . HID

Mudança de paradigmas: governos adotam uma abordagem mais centrada no cidadão para a personalização de identidade segura

75 . INFINEON

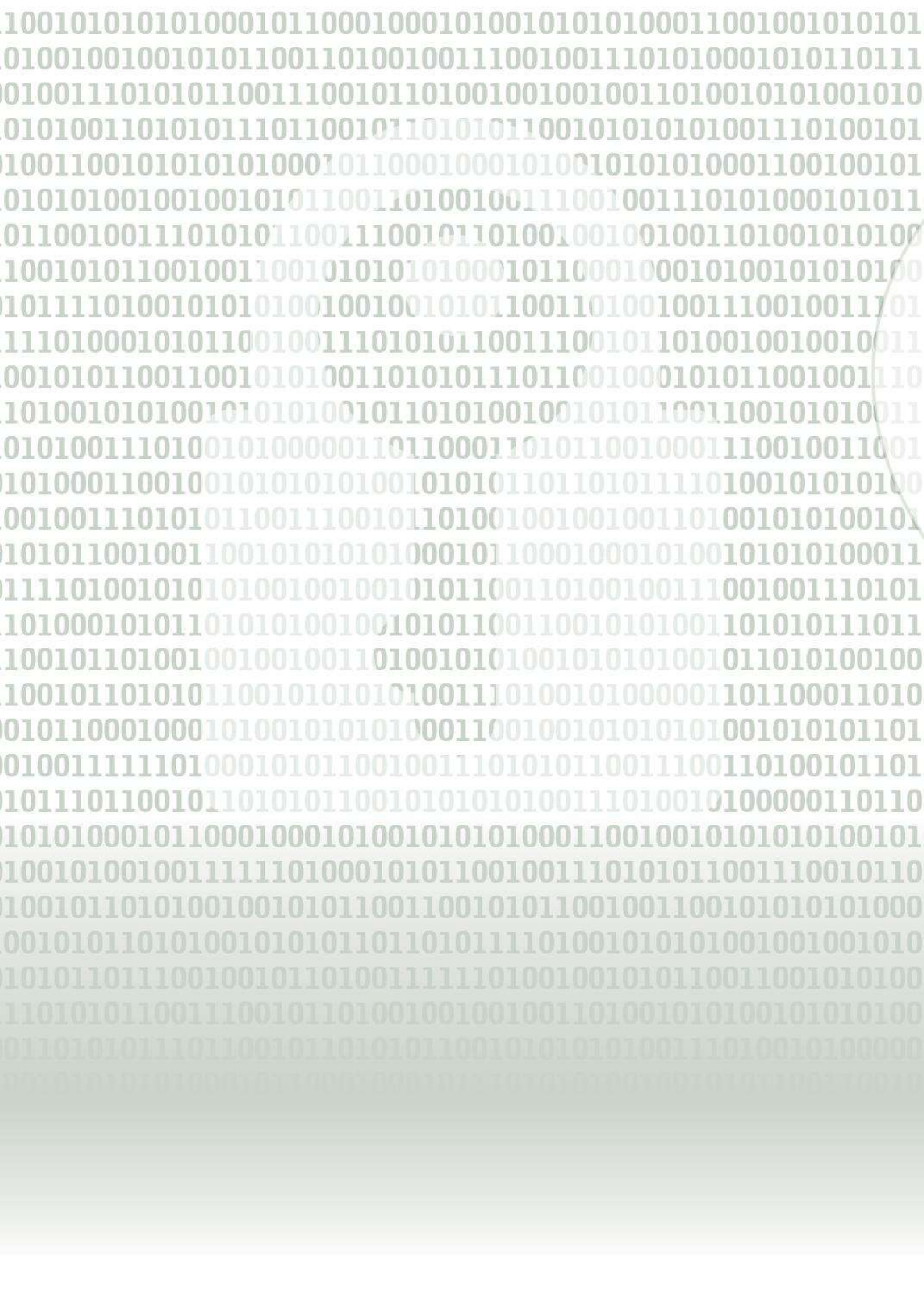
Paradigma da troca: De ROM para Flash

81 . NEC

Big Data: Um elefante amarelo para as organizações

85 . THOMAS GREG

Instant Issuing: Maior fidelização e a gilidade



CERTIFICAÇÃO DIGITAL PARA O ENTENDIMENTO DE TODOS



Tribunal de Justiça de Pernambuco lança cartilha que explica de forma simples o certificado digital

“Há anos as pessoas utilizam assinaturas à caneta, carimbos, selos

e outros recursos para comprovar a autenticidade de documentos, expressar concordância com determinados procedimentos, declarar responsabilidades, etc. Atualmente, a tecnologia da informação viabilizou maneiras para as pessoas executarem essas ações com a mesma eficácia, mas com mais eficiência. No entanto, precisamos de mecanismos capazes de garantir a autenticidade, a confidencialidade e a integridade das informações transmitidas em cada uma das transações eletrônicas”.

Estas são as palavras que introduzem a “Cartilha de Certificação Digital”, lançada este ano pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE). O documento foi preparado pelo Núcleo de Segurança da Informação e pela Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação da corte.

O gestor do Núcleo de Segurança da Informação, Marcelo Lima, avalia que o documento é importante para detalhar o funcionamento da certificação digital, que está em pleno uso no TJPE (confira infográfico na página 26). O tribunal usa certificados emitidos pela Autoridade Certificadora da Justiça (AC-Jus), fornecidos pela Certisign e Caixa Econômica Federal. No âmbito do tribunal pernambucano a utilização de certificados digitais tem regras específicas, estabelecidas pelo Normativo de Certificação Digital. O documento pode ser acessado no site www.tjpe.jus.br.

Embora a assinatura digital seja hoje essencial para o funcionamento da Justiça em Pernambuco, inicialmente foi preciso vencer a resistência à novidade. “Incluir certificados digitais na nossa rotina não é algo simples. É preciso adaptar sistemas, elaborar novos procedimentos e es-



tar disposto a se apropriar de uma tecnologia que ainda não fazia parte da nossa realidade. Portanto, em um primeiro momento, o uso de certificados digitais em larga escala causou certo impacto na área de TIC do TJPE. Mas amadurecemos nosso conhecimento sobre a tecnologia e hoje ela já faz parte da nossa rotina”, comemora.

Para difundir e explicar o uso do certificado, o Tribunal de Justiça de Pernambuco faz um trabalho focado nos três tipos de usuários – internos, advogados e comunidade. “Quanto aos nossos usuários internos, magis-

trados e servidores, foi preciso incluir uma programação de treinamentos para aproximá-los da tecnologia. Atualmente todos que recebem um certificado digital para uso em suas atividades recebem treinamento e podem consultar uma (outra) cartilha preparada especialmente para tratar do assunto”, relata.

Já para os advogados, que utilizam seus próprios certificados no sistema do tribunal, o TJPE sempre procura atuar em parceria com a seccional da Ordem dos Advogados (OAB-PE) para que os certificados sejam de fato um mecanismo faci-

litador para o profissional acessar a Justiça. E para a sociedade, finalmente, a certificação digital facilitou o acesso à Justiça.

“Quando disponibilizamos o processo judicial eletrônico ou o Diário da Justiça em sua versão eletrônica estamos fazendo isso para tornar a Justiça mais acessível. Hoje, acompanhar processos sem ir ao fórum já é uma realidade, assim como consultar o Diário da Justiça Eletrônico com apenas um clique do mouse. Desde 2012 a emissão de certidões negativas criminais pode ser feita via internet e, embora isso não seja perceptível para o cidadão comum, o uso de certificados digitais nos apoia neste processo”, constata o gestor.

» BÊ-Á-BÁ

Marcelo Lima enfatiza que a cartilha foi feita justamente para os cidadãos comuns. “Não precisamos que eles entendam a complexidade criptográfica ou algorítmica que envolve a tecnologia, mas precisamos que eles saibam o que é e para que serve um certificado digital. Acharmos importante também que eles entendam que existe um embasamento legal para o uso dos certificados”, observa.

O documento começa com explicações bastante simples e didáticas sobre o que é um certificado digital

e quais são suas possibilidades de aplicação. A equipe do tribunal teve a preocupação de mostrar ao usuário o reconhecimento legal da assinatura eletrônica. Assim, o texto enfatiza que ela tem o mesmo valor jurídico de documentos assinados à mão, como prevê a Lei nº 5.869/73: “§ 2º Todos os atos e termos do processo podem ser produzidos, transmitidos, armazenados e assinados por meio eletrônico, na forma da lei”.

Já a Lei 11.419/2006 dispõe sobre a informatização do processo judicial: “Art. 11. Os documentos produzidos eletronicamente e juntados aos processos eletrônicos com garantia da origem e seu signatário, na forma estabelecida nesta Lei, serão considerados originais para todos os efeitos legais”.

A Medida Provisória 2.200-2/2001, completa o TJPE, institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), “uma estrutura composta de um ou mais certificadores denominados de Autoridades Certificadoras - AC que, baseando-se em certificados digitais, conseguem assegurar a identidade de um usuário de mídia eletrônica ou assegurar a autenticidade de um documento suportado ou conservado em mídia eletrônica”.

Como o foco da cartilha é o usuário comum, o documento também

alerta para os cuidados na hora de escolher senhas, como evitar nomes ou dados que podem ser facilmente descobertos, como data de nascimento, placa de automóvel, CPF ou número de identidade. A cartilha dá a dica para a definição de uma boa senha: “Uma sugestão é criar senhas intercalando letras maiúsculas e minúsculas, e números. Ah! Fique a vontade também com os caracteres especiais (@#%&*!!!), eles são ótimos. Vale a pena usar e abusar de toda sua criatividade nesse momento”.

O arquivo eletrônico da cartilha está disponível no site do TJPE, mas a versão impressa é distribuída em ações pontuais em que ocorre emissão de certificados digitais ou o tema de segurança da informação é abordado. O gestor do Núcleo de Segurança da Informação avalia que a cartilha tem tido ótimo resultado junto à população.

Marcelo Lima acredita que o livreto ajuda a sociedade a entender a importância da certificação digital, que ele considera um grande avanço: “A utilização de certificados digitais é um desafio que vale muito a pena ser enfrentado, considerando todos os benefícios que podemos alcançar. Ainda temos muito a caminhar, mas já estamos colhendo excelentes resultados”. E muitos mais estão por vir. 🌐

EQUIPE DO TJPE QUE TRABALHOU NA CARTILHA: FOCO EM FAZER O TEXTO COMPREENSÍVEL POR TODAS AS CAMADAS DA SOCIEDADE



APLICAÇÕES DO CERTIFICADO DIGITAL NO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO



MALOTE DIGITAL

Permite o envio de correspondências oficiais, entre órgãos do Poder Judiciário Nacional, por meio eletrônico. Utiliza certificado digital para assinar digitalmente as correspondências, garantindo a autenticidade, irretratabilidade e integridade dos documentos.



ANTECEDENTES CRIMINAIS

Possibilita a emissão de certidão criminal por qualquer cidadão com acesso a internet. Somente nos casos que é necessária a emissão presencial da certidão serão registradas as autorizações que devem ser assinadas digitalmente.



DIÁRIO DE JUSTIÇA ELETRÔNICO

Sistema que substitui integralmente a versão impressa das publicações oficiais para todos os efeitos legais. O documento é assinado digitalmente e disponibilizado para conferência dos interessados, garantindo a autenticidade, irretratabilidade e integridade.



INFOJUD

Tem como objetivo permitir aos juízes o acesso, on-line, ao cadastro de contribuintes na base de dados da Receita Federal, além de declarações de imposto de renda e de imposto territorial rural.



PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO

Sistema digital de acompanhamento do Processo Judicial. Utiliza o certificado digital para autenticar e assinar digitalmente documentos incluídos pelos colaboradores.



RESTRIÇÕES JUDICIAIS DE VEÍCULOS AUTOMOTORES

O Renajud é um sistema on-line de restrição judicial de veículos criado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que interliga o Judiciário ao Departamento Nacional de Trânsito (Denatran).



TJPE CONECTADO

Ferramenta que permite que magistrados possam acessar os sistemas judiciais a partir de qualquer lugar via Internet. O ambiente só permite o acesso depois que o usuário se autentica utilizando o certificado digital.



PENHORA ON-LINE

Sistema utilizado pelo Poder Judiciário, o qual permite que os magistrados através de uma solicitação eletrônica bloqueiem instantaneamente as contas correntes do executado para que seja garantida a execução, buscando dessa forma, um feito executivo mais célere.